

*Presidência da República
Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno*

Relatório de **DEMANDAS EXTERNAS**

Número: 00226.000409/2012-23

Unidade Examinada: Município de Araguaína/TO



Relatório de Demandas Externas

n° 00226.000409/2012-23

Sumário Executivo

Este Relatório apresenta os resultados das ações de controle desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Município de Araguaína/TO, cujos trabalhos foram realizados entre 28/01 a 15/02/2013.

Esclarecemos que o executor dos recursos federais foi previamente informado por meio do Ofício n.º 23912/2013/GAB/CGU-Regional/TO/CGU-PR, de 13/08/2013, sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 23/08/2013, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Foram analisados itens financiados com recursos repassados ao Município, no período compreendido entre 07/08/2009 a 09/11/2009, pelo Ministério do Turismo, com o objetivo de verificar a aplicação de recursos federais envolvendo o Programa “Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão”.

Cumpramos registrar que de um montante fiscalizado de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), foram identificadas falhas com potencial prejuízo ao erário no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Principais Fatos Encontrados

Ministério do Turismo

Programa: Turismo no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

- Contratação indevida de empresa como intermediária na contratação de banda e de serviços de publicidade;
- Simulação de carnaval fora de época para celebração de convênio; e,
- Prestação de contas do convênio sem o registro de recursos arrecadados mediante a cobrança de ingressos e de patrocínio.

Principal Recomendação

Conforme consta do Siconv, a prestação de contas do Convênio n° 818/2009 (Siconv 704383) foi rejeitada pelo Ministério do Turismo. Além disso, o gestor já adotou providências referentes à instauração de tomada de contas especial.

Diante do exposto, não há o que se recomendar.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE DEMANDAS EXTERNAS

Número: 00226.000409/2012-23

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. DAS SITUAÇÕES VERIFICADAS

2.1 MINISTÉRIO DO TURISMO

2.1.1 – Programa:

Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

Ação:

Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno

3. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Relatório apresenta os resultados de ação de controle desenvolvida em função de situações presumidamente irregulares ocorridas no município de Araguaína - TO, apontadas à Controladoria-Geral da União - CGU, que deram origem ao processo nº 00226.000409/2012-23.

1.2. Sobre o assunto, encontra-se em andamento Procedimento Administrativo junto ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Araguaína - TO).

1.3. O presente trabalho foi realizado no período de 28/01/2013 a 15/02/2013. Foram analisados os itens financiados com recursos repassados ao município no período de 07/08/2009 a 09/11/2009 pelo Ministério do Turismo.

1.4. As situações irregulares apontadas à CGU e examinadas neste trabalho dizem respeito à ocorrência de atos de improbidade administrativa na execução do convênio SICONV nº 704383, firmado entre o município de Araguaína – TO e o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 345.000,00, para realização de show com utilização de verba pública para evento de caráter privado, com desrespeito das regras pertinentes aos procedimentos licitatórios e aos compromissos firmados no convênio, com malversação do erário. Ademais, com mais de 03 anos da realização do show, não houve qualquer procedimento de tomada de contas.

1.5. Registra-se que a análise efetuada limitou-se à identificação dos fatos apontados pelo Ministério Público Federal por meio do Ofício nº 3535/2012-GAB/JRL/PRM/TO.

1.6. Para a execução do trabalho foram adotadas as seguintes ações:

- FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
- REQUISIÇÃO DO OBJETO

1.7. Os resultados pormenorizados dos trabalhos realizados, organizados por órgão superior e por programa/ação de governo, estão apresentado no item 2, onde estão relatadas as constatações relacionadas às situações contidas nas demandas apresentadas.

2. DAS SITUAÇÕES VERIFICADAS

A seguir apresentamos as constatações relacionadas às situações que foram examinadas, agrupadas por Programa/Ação, e vinculadas aos respectivos órgãos superiores.

2.1 MINISTERIO DO TURISMO

2.1.1 – Programa:	
Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	
Ação:	
Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno	
Objeto Examinado:	
Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade dos produtos turísticos brasileiros.	
Agente Executor Local:	01.830.793/0001-39 ARAGUAINA GABINETE DO PREFEITO
Montante de Recursos Financeiros Aplicados:	R\$ 345.000,00
Ordem de Serviço:	201216884
Forma de Transferência:	704383 Convênio

2.1.1.1

Situação Verificada

As situações apontadas à CGU pelo Ministério Público Federal, por meio do Ofício nº 3535/2012-GAB/JRL/PRM/TO, de 29/10/12, dizem respeito à ocorrência de atos de improbidade administrativa na execução do convênio SICONV nº 704383, firmado entre o município de Araguaína – TO e o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 345.000,00, cujo objeto consiste na realização de show com utilização de verba pública para evento de caráter privado, com desrespeito das regras pertinentes aos procedimentos licitatórios e aos compromissos firmados no convênio, com malversação do erário. Ademais, com mais de 03 anos da realização do show, não houve qualquer procedimento de tomada de contas.

CONSTATAÇÃO

Contratação indevida de empresa como intermediária na contratação de banda e de serviços de publicidade.

a) Fato:

Foi analisado o convênio SIAFI nº 704383 celebrado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Araguaína para realização do Carnaguaiá 2009, tendo como objeto a contratação da Banda Chiclete com Banana e a divulgação do evento em rádio AM/FM na cidade e nos municípios vizinhos.

Por meio da Portaria nº 220/2009, de 03/08/09, o Prefeito de Araguaína resolveu inexigir a licitação para a contratação de show artístico na realização de evento carnavalesco Carnaguaiá, no valor de R\$ 300.000,00, em favor da empresa Aquino e Carvalho Ltda, CNPJ 09.590.948/0001-19.

Todavia, a responsável legal pela Banda Chiclete com Banana é a empresa Mazana Empreendimentos Artísticos e Publicidade, CNPJ 32.659.856/0001-60, com a qual a empresa Aquino e Carvalho Ltda celebrou contrato logo em seguida.

A "Carta de Exclusividade", datada de 18/06/09, em que a empresa Mazana Empreendimentos Artísticos e Publicidade confere "exclusividade" à empresa Aquino e Carvalho Ltda consiste em documento de reserva de data para a apresentação da citada banda em 08/08/09 em Araguaína – TO.

O documento que permite a contratação de artista de renome por meio da inexigibilidade prevista no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/1992 exige que seja celebrado contrato diretamente com o empresário da banda. Desta forma, almejando o show em comento, a Prefeitura de Araguaína deveria ter contratado a empresa Mazana Empreendimentos Artísticos e Publicidade, que detém a exclusividade da banda e não uma empresa intermediária.

Já para os serviços de publicidade, também previstos no Convênio celebrado, no valor de R\$ 45.000,00, foi contratada novamente a empresa Aquino e Carvalho Ltda, desta vez por Dispensa de licitação, com fundamento em caso de Emergência. Todavia, tal contrato foi celebrado entre a Prefeitura e a empresa anteriormente citada em 06/07/09, o que demonstra que não havia situação de emergência e que não havia motivação para dispensa de processo licitatório. Destaca-se que a empresa Aquino e Carvalho Ltda possui em seu Comprovante de inscrição e de situação cadastral, emitido em 15/07/09, as seguintes atividades: "Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas", ou seja, não realiza atividades de publicidade e propaganda.

Em análise às propostas de preço para realização do serviço de publicidade do show, foram identificadas 03 propostas, sendo a da empresa Aquino e Carvalho Ltda com valor de R\$ 45.000,00, a da WTO Show e Publicidades (CNPJ 07.317.820/0001-50) no valor de R\$ 46.800,00 e a da empresa Eventus (CNPJ 05.126.887/0001-82), no valor de R\$ 48.000,00. Mister destacar que essa

última foi uma das patrocinadoras e parceiras do evento, como é comprovado pela aposição do logotipo da empresa nos abadás e o que foi confirmado pelo empresário da Aquino e Carvalho Ltda em conversa com a equipe de fiscalização. Verifica-se, assim, que duas das empresas que forneceram preços foram parceiras na consecução do show. Adicionalmente, tratava-se de um show particular que ocorreria de qualquer modo, mesmo sem a celebração do convênio em comento, uma vez que já estava pré-agendado.

No que tange ao convênio em comento, os R\$ 300.000,00 referentes ao valor do show foram repassados pela Prefeitura à empresa Aquino e Carvalho Ltda, por meio do cheque nº 850003 em 01/10/09 (Banco do Brasil, Agência 0638-6, Conta 51.923-5) e, da mesma forma, os R\$ 45.000,00 pelo serviço de divulgação em mídia, por meio do cheque nº 850002, também em 01/10/09.

Pelo exposto, a empresa Aquino e Carvalho Ltda figurou como intermediadora na contratação da banda Chiclete com Banana e dos serviços de publicidade.

b) Manifestação da Unidade Examinada:

Em resposta ao ofício nº 23912/2013/GAB/CGU-Regional/TO/CGU-PR que informa os resultados dos trabalhos de fiscalização realizados pela CGU e confere oportunidade de manifestação à Unidade Examinada, a Prefeitura Municipal de Araguaína respondeu, por meio do ofício nº 407/2013 – GAB/PREF, de 23/08/2013, que “...a única documentação da qual esta gestão tem conhecimento já foi disponibilizada à Controladoria-Geral da União durante os trabalhos de fiscalização no período de 28/01/2013 a 15/02/2013. Porém, após visita recebemos o ofício nº 1054/2013/CGCV/DGI/SE/MTur, do Ministério do Turismo, o qual foi respondido pelo Ofício nº 406 solicitando ao órgão conveniente a instauração de Tomada de Contas Especial.”

c) Análise do Controle Interno:

Mantém-se a constatação, uma vez que não foram apresentadas justificativas ou documentos que alterem a formação de opinião deste órgão de controle em relação aos fatos apontados.

d) Conclusão sobre a situação verificada:

A situação verificada é procedente no tocante à realização de show com utilização de verba pública para evento de caráter privado, com desrespeito das regras pertinentes aos procedimentos licitatórios e aos compromissos firmados no convênio, com malversação do erário.

2.1.1.2

Situação Verificada

As situações apontadas à CGU pelo Ministério Público Federal, por meio do Ofício nº 3535/2012-GAB/JRL/PRM/TO, de 29/10/12, dizem respeito à ocorrência de atos de improbidade administrativa na execução do convênio SICONV nº 704383, firmado entre o município de Araguaína – TO e o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 345.000,00. Consiste na realização de show com utilização de verba pública para evento de caráter privado, com desrespeito das regras pertinentes aos procedimentos licitatórios e aos compromissos firmados no convênio, com malversação do erário. Ademais, com mais de 03 anos da realização do show, não houve qualquer procedimento de tomada de contas.

CONSTATAÇÃO

Simulação de carnaval fora de época para celebração de convênio.

a) Fato:

Proposta encaminhada pela Prefeitura Municipal de Araguaína ao Ministério do Turismo pleiteava a celebração de um convênio para realização de show da Banda Chiclete com Banana e de veículo publicitário de rádio AM/FM para veicular propaganda sobre o evento, que supostamente seria uma das atrações do carnaval fora de época. Todavia, em consulta a site de buscas na internet, quando utilizado o padrão de pesquisa “Carnaguaína”, há a apresentação apenas de uma matéria fazendo alusão a uma micareta no sul do estado do Pará e não no Tocantins. Já para o argumento (carnaguaína + 2009), não foi encontrado nenhum resultado correspondente.



Pelas pesquisas realizadas, observou-se que o evento de 08/08/09 foi chamado de Araguaína Mix, sendo composto exclusivamente pelo show da banda Chiclete com Banana. Para assistir ao show houve cobrança de ingressos e abadás, não tendo sido contabilizado tal recurso, caracterizando a realização de um evento privado com utilização de recursos públicos. Foram identificados patrocinadores para consecução do evento, como pode ser visualizado nas fotografias dos abadás dos espectadores do show.



Corroborando a informação de que se tratou de evento particular que ocorreria independentemente da celebração do convênio SIAFI nº 704383/2009, tem-se esboço do contrato celebrado entre as empresas Aquino e Carvalho Ltda e Mazana Empreendimentos Artísticos e Publicidade (representante legal da Banda Chiclete com Banana) e Granola - Comércio Representações e Serviços Ltda (CNPJ 00.976.218/0001-86, representante legal do vocalista da banda) com data de 22/06/09, em que eram estabelecidas as seguintes datas para repasse do pagamento referente ao show: 28/07/09 (sendo R\$ 31.000,00 para a banda e R\$ 19.000,00 para o vocalista) e 04/08/09 (sendo R\$ 100.000,00 para a banda e R\$ 50.000,00 para o vocalista), totalizando R\$ 200.000,00. Assim, fica claro que antes da celebração do convênio que ocorreu em 07/08/09, o show já havia

sido previamente acertado e pago, uma vez que o show estava programado para 08/08/09.

Além do citado, a Prefeitura de Araguaína celebrou o contrato de prestação de serviços nº 20/2009 com a empresa Aquino e Carvalho Ltda para realizar serviços de divulgação em mídia, referentes ao show, no valor de R\$ 45.000,00, em 06/07/09. Ademais, em momento algum na divulgação do show, seja nos spots de rádio, nas camisetas dos abadá's ou nos fôlderes do evento, foi feita referência ao Ministério do Turismo, cláusula obrigatória constante no convênio firmado, tampouco foi feita alusão à Prefeitura Municipal de Araguaína.

	
Guia entregue na compra do abadá, sem identificação do Ministério do Turismo.	Material publicitário sem identificação do Ministério da Turismo.

Em seguida, a municipalidade contratou a mesma empresa (Aquino e Carvalho Ltda) por meio do contrato nº 21/2009 para agenciar a banda Chiclete com Banana, no valor de R\$ 300.000,00, em 03/08/09, antes da celebração do convênio em comento e indicando dotação orçamentária, o que só estaria disponível por meio da aprovação do instrumento de repasse de recursos.

O Araguaína Mix foi também realizado nos anos seguintes, pela iniciativa privada, sempre com a cobrança de ingressos ou abadá's para participação dos shows.

Destaca-se que se na proposta de trabalho encaminhada pela prefeitura ao Ministério do Turismo houvesse a solicitação de celebração de convênio para realização exclusivamente do show da banda Chiclete com Banana, não haveria a autorização, uma vez que o show, somente, não atenderia aos pré-requisitos do programa.

b) Dano ao Erário: R\$ 300.000,00

c) Manifestação da Unidade Examinada:

Em resposta ao ofício nº 23912/2013/GAB/CGU-Regional/TO/CGU-PR que informa os resultados dos trabalhos de fiscalização realizados pela CGU e confere oportunidade de manifestação à Unidade Examinada, a Prefeitura Municipal de Araguaína respondeu, por meio do ofício nº 407/2013 – GAB/PREF, de 23/08/2013, que “...a única documentação da qual esta gestão tem conhecimento já foi disponibilizada à Controladoria-Geral da União durante os trabalhos de fiscalização no período de 28/01/2013 a 15/02/2013. Porém, após visita recebemos o ofício nº 1054/2013/CGCV/DGI/SE/MTur, do Ministério do Turismo, o qual foi respondido pelo Ofício nº 406 solicitando ao órgão conveniente a instauração de Tomada de Contas Especial.”

d) Análise do Controle Interno:

Mantém-se a constatação, uma vez que não foram apresentadas justificativas ou documentos que

alterem a formação de opinião deste órgão de controle em relação aos fatos apontados.

e) Conclusão sobre a situação verificada:

A situação verificada é procedente.

2.1.1.3

Situação Verificada

As situações apontadas à CGU pelo Ministério Público Federal, por meio do Ofício nº 3535/2012-GAB/JRL/PRM/TO, de 29/10/12, dizem respeito à ocorrência de atos de improbidade administrativa na execução do convênio SICONV nº 704383, firmado entre o município de Araguaína – TO e o Ministério do Turismo, no valor de R\$ 345.000,00. Consiste na realização de show com utilização de verba pública para evento de caráter privado, com desrespeito das regras pertinentes aos procedimentos licitatórios e aos compromissos firmados no convênio, com malversação do erário. Ademais, com mais de 03 anos da realização do show, não houve qualquer procedimento de tomada de contas.

CONSTATAÇÃO

Prestação de contas do convênio sem o registro de recursos arrecadados mediante a cobrança de ingressos e de patrocínio.

a) Fato:

Foi analisada a documentação de prestação de contas relativa ao Convênio nº 704383/2009 constante do Processo 72000.003767/2009-48, encaminhada pela Prefeitura Municipal de Araguaína ao Ministério do Turismo. Na execução física do objeto consta como realizado evento denominado Carnaguaína com show da banda Chiclete com Banana. Como tratado em constatação anterior, o evento todo se resumiu ao show em questão, não tendo sido realizadas quaisquer outras atividades ou shows que configurassem a realização de um carnaval fora de época.

Por meio de pesquisas na internet e de conversa com o empresário responsável pela empresa Aquino e Carvalho Ltda, foi constatada a cobrança de ingressos para participação do show, com valores que variaram entre R\$ 30,00; R\$ 60,00; R\$ 70,00 e R\$ 80,00. Na proposta de serviços para contratação da banda, apresentada pela empresa Aquino e Carvalho Ltda à Prefeitura de Araguaína em 25/06/09, havia descrição de que poderiam ser cobrados ingressos para acesso ao show para cobrir despesas com hospedagem, alimentação, estrutura de som, palco, luz, banheiros químicos, fechamento, disciplinadores, tendas, transporte aéreo e terrestre, confecção de abadás, bebidas, seguranças, garçons, outdoors, camarim, carregadores, gerador de energia, limpa fossa e impressos.

Até mesmo o estacionamento do estádio Mirandão, onde foi realizado o show, foi cobrado, já que parte dessa arrecadação seria repassada ao time de futebol de Araguaína, conforme matérias veiculadas no site do jornal O Girassol, em 12/08/09 e no Blog de informações esportivas do jornalista Gil Correa.

Além disso, pôde-se observar pelos abadás que o show teve como patrocinadores: Rádio Araguaia FM, Ponto 4, Fiat Umuarama, Nova Schin, Maiis e Eventus.

Ocorre que nem a arrecadação com ingressos e nem os patrocínios foram declarados na prestação de contas, que se limitou a citar os valores de R\$ 300.000,00 referentes à contratação de banda e de R\$ 45.000,00 em contrapartida para pagamento de serviços de publicidade. Não há na prestação de contas estimativa de público presente ao evento. Todavia, por meio do Contrato de compra e venda

nº 20107986, celebrado entre a PROMTINS Produtos Médicos do Tocantins - CNPJ 00.075.298/0001-07, e a empresa Fortiori Confeccões Ltda, CNPJ 08.467.407/0001-35, foi encomendada a confecção de 15.500 abadás, em 21/07/09.

Ressalte-se que a empresa PROMTINS Produtos Médicos do Tocantins tem como sócio-administrador o proprietário da empresa Eventus, que teria apresentado proposta orçamentária para divulgação de publicidade do show em rádios AM/FM, sendo posteriormente uma das patrocinadoras do evento.

O Acórdão nº 96/2008 - Plenário do TCU dispõe, dentre outros, sobre a obrigatoriedade de algumas providências a serem tomadas pela Conveniente na execução do Convênio, as quais serão comprovadas quando da prestação de contas, sob pena de glosa dos valores envolvidos, já que presentes essas determinações na Minuta do Convênio em tela:

“9.5.2. os valores arrecadados com a cobrança de ingressos em shows e eventos ou com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos em função dos projetos beneficiados com recursos dos convênios devem ser revertidos para a consecução do objeto conveniado ou recolhidos à conta do Tesouro Nacional. Adicionalmente, referidos valores devem integrar a prestação de contas.”

Destaca-se que o valor do show efetivamente pago à banda foi de R\$ 200.000,00, como informou o representante da empresa Aquino e Carvalho Ltda, contratada pela prefeitura e não de R\$ 300.000,00, como declarado na prestação de contas. A informação fornecida tem respaldo no contrato de prestação de serviços celebrado entre as empresas Aquino e Carvalho Ltda e Mazana Empreendimentos Artísticos e Publicidade (representante legal da Banda Chiclete com Banana) e Granola - Comércio Representações e Serviços Ltda (representante legal do vocalista da banda), datado de 22/06/09.

Já no tocante aos serviços de publicidade, contratados por R\$ 45.000,00 com a empresa Aquino e Carvalho Ltda, é difícil aferir o que realmente foi pago de divulgação em rádio AM/FM, uma vez que o evento teve a Rádio Araguaia FM como patrocinadora. Reitera-se que a empresa Aquino e Carvalho Ltda não possui em seu cadastro de ações serviços de publicidade e propaganda.

Até o momento da fiscalização a prestação de contas do convênio não havia sido aprovada, uma vez que existiam pendências de documentos a serem encaminhados ao Ministério do Turismo.

b) Manifestação da Unidade Examinada:

Em resposta ao ofício nº 23912/2013/GAB/CGU-Regional/TO/CGU-PR que informa os resultados dos trabalhos de fiscalização realizados pela CGU e confere oportunidade de manifestação à Unidade Examinada, a Prefeitura Municipal de Araguaína respondeu, por meio do ofício nº 407/2013 – GAB/PREF, de 23/08/2013, que “...a única documentação da qual esta gestão tem conhecimento já foi disponibilizada à Controladoria-Geral da União durante os trabalhos de fiscalização no período de 28/01/2013 a 15/02/2013. Porém, após visita recebemos o ofício nº 1054/2013/CGCV/DGI/SE/MTur, do Ministério do Turismo, o qual foi respondido pelo Ofício nº 406 solicitando ao órgão conveniente a instauração de Tomada de Contas Especial.”

c) Análise do Controle Interno:

Mantém-se a constatação, uma vez que não foram apresentadas justificativas ou documentos que alterem a formação de opinião deste órgão de controle em relação aos fatos apontados.

d) Conclusão sobre a situação verificada:

A situação verificada é procedente e corrobora o suscitado pelo Ministério Público.

3. CONCLUSÃO

3.1 Sobre os fatos e situações apontados à CGU, são procedentes as irregularidades listadas a seguir, que correspondem a cerca de R\$ 300,000 de um montante fiscalizado de R\$ 345,000, conforme demonstrado no corpo do relatório.

3.1.1) Falhas com dano ao erário

Item 2.1.1.2

Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

Simulação de carnaval fora de época para celebração de convênio.

3.1.2) Falhas sem dano ao erário

Item 2.1.1.1

Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

Contratação indevida de empresa como intermediária na contratação de banda e de serviços de publicidade.

Item 2.1.1.3

Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

Prestação de contas do convênio sem o registro de recursos arrecadados mediante a cobrança de ingressos e de patrocínio.

Palmas/TO, 6 de setembro de 2013

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins